



BERURI/AM
2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP, NO MUNICÍPIO DE BERURI - AM

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------------------------|
| 1. OBJETO..... | 4 |
| 2. DADOS CADASTRAIS | 4 |
| 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO | 4 |
| 4. JUSTIFICATIVA | Erro! Indicador não definido. |
| 5. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO “PREGÃO ELETRÔNICO ” | Erro! Indicador não definido. |
| 6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO | 5 |
| 7. DISPOSIÇÕES GERAIS | 6 |
| 8. DECLARAÇÃO, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO | 9 |

1. OBJETO

Contratação de Empresa, por PREÇO GLOBAL, pelo critério de MENOR PREÇO para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP, NO MUNICÍPIO DE BERURI -AM.**

2. DADOS CADASTRAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI/AM

CNPJ: **04.628.111/0001-06**

Endereço: Rua Costa e Silva, S/N, São Francisco. Beruri - AM, 69430-000, BERURI/AM

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Este projeto básico e seus anexos têm por objetivo determinar as condições e especificações técnicas para a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço de locação de máquinas pesadas no município de Beruri/AM.

Para a presente contratação compreende os serviços de:

- Máquinas Pesadas

Todos os serviços executados estarão em rigorosa observância as prescrições exigência deste Projeto Básico e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes da ABNT e aquelas complementares e particulares, dos respectivos projetos e outras pertinentes aos serviços em licitação, bem como as instruções e normas do SINAPI e outros órgãos competentes.

4. JUSTIFICATIVA

A realização do referido certame e, conseqüentemente, a possível contratação do objeto pretendido visam atender ao princípio constitucional da indisponibilidade do interesse público, conforme se demonstra nos campos abaixo.

Os serviços de limpeza e conservação urbana, limpeza de valas e canais, abertura de novos ramais e construção de estradas são realizados por meio de máquinas pesadas, das quais não se pode dispensar.

O município de Beruri-AM, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 17.472,78 km² de extensão territorial e uma população estimada em 22.495 (vinte e dois mil e quatrocentos e noventa e cinco) habitantes, que utilizam os serviços públicos essenciais, garantidos constitucionalmente em qualquer cidadão.

As diversas demandas de serviços têm excedido a capacidade das máquinas disponíveis, não atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal. Dessa forma, a realização deste certame

se faz imprescindível, justificando a prestação do serviço de locação de máquinas para as atividades da Prefeitura.

5. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO “PREGÃO ELETRÔNICO – SRP”

A adoção da modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma do Sistema de Registro de Preços (SRP), encontra amparo no art. 17, §2º, e demais dispositivos da Lei nº 14.133/2021, sendo esta a forma **preferencial** para a contratação de bens e serviços comuns, por propiciar maior competitividade, transparência, economicidade e eficiência ao procedimento licitatório.

O pregão eletrônico possibilita a **ampliação da disputa**, permitindo a participação de fornecedores de diversas regiões do país, o que contribui para o aumento da concorrência e, conseqüentemente, para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ademais, a realização do certame em ambiente virtual reduz custos operacionais, tanto para a Administração quanto para os licitantes, ao eliminar despesas relacionadas a deslocamentos, hospedagens e estrutura física para realização das sessões presenciais.

Destaca-se, ainda, que o ambiente eletrônico confere **maior transparência e rastreabilidade** aos atos do processo licitatório, uma vez que todas as fases do certame ficam registradas em sistema próprio, permitindo amplo controle social e facilitando eventuais auditorias e fiscalizações pelos órgãos de controle.

No que se refere à condução da disputa, o pregão eletrônico assegura igualdade de condições entre os licitantes, reduzindo interferências subjetivas e possibilitando a apresentação de lances sucessivos de forma dinâmica e segura. A etapa de negociação, bem como a análise das propostas e dos documentos de habilitação, ocorre de forma objetiva e padronizada, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e julgamento objetivo.

Ressalte-se que a Administração Pública dispõe de infraestrutura tecnológica adequada para a realização do certame em meio eletrônico, bem como que o objeto a ser contratado possui natureza comum e pode ser plenamente atendido por fornecedores localizados em diferentes regiões, sem prejuízo à logística ou à execução contratual, especialmente considerando as regras de entrega, prazos e responsabilidades a serem estabelecidas no instrumento convocatório.

Dessa forma, a opção pelo **Pregão Eletrônico**, além de atender à diretriz legal de preferência estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, mostra-se a modalidade mais adequada ao interesse público, por assegurar maior competitividade, eficiência administrativa, redução de custos e seleção da proposta mais vantajosa, cumprindo, assim, a finalidade maior do processo licitatório.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços aqui propostos deverão estar em conformidade com este Projeto Básico. O prazo para a execução dos serviços, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço, será de 12 (doze) meses. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do mesmo, especialmente Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021. A licitante contratada desenvolverá os serviços sempre em entendimento com a fiscalização a ser exercida pela PREFEITURA,

devendo elaborar relatórios sobre o andamento dos serviços quando solicitados. O pagamento dos serviços executados será efetuado mediante a aprovação da fiscalização.

7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.1. Habilitação jurídica

- 6.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.1.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 6.1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 6.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 6.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- 6.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 6.3.1.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 6.3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 6.3.3.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 6.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 6.3.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 6.3.6.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 6.3.7.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.
- 6.3.8.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 6.3.9.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.4. Qualificação Técnica

- 6.4.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com no mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) da quantidade da contratação

- 6.4.2. Alvará da autorização de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da empresa em plena validade;
- 6.4.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 6.4.4. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 6.4.5. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 6.4.6. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 6.4.7. 'O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 6.4.8. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 6.4.9. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 6.5. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

O valor total de referência estimado para a execução do presente Projeto Básico é R\$ ***, calculado com base em critérios técnicos, quantitativos e metodológicos compatíveis com o objeto proposto.

Os preços unitários e globais adotados tiveram como referência a **Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**, edição 2025, observando-se os parâmetros regionais aplicáveis, bem como as composições de custos oficiais vigentes, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Caixa Econômica Federal.

Nos valores orçados encontram-se devidamente contemplados todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, seguros, despesas administrativas, mobilização e desmobilização, bem como demais ônus incidentes.

Foi aplicado **Benefício e Despesas Indiretas (BDI)** específico para o tipo de serviço objeto deste projeto, no percentual de **18,38%**, calculado conforme metodologia técnica consagrada e compatível com a natureza, complexidade e riscos inerentes à contratação.

